

RECLAMAÇÃO Nº 37.705 - RJ (2019/0091231-3)

RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO
RECLAMANTE : RODRIGO HENRIQUE FIGUEIREDO NASCIMENTO
RECLAMANTE : REGINA SUELI CAMBEIRO FIGUEIREDO NASCIMENTO
RECLAMANTE : JOAO FERREIRA NASCIMENTO
ADVOGADO : RONALDO FIGUEIREDO NASCIMENTO - SP340954
RECLAMADO : JUIZ DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DA BARRA DA TIJUCA
- RJ
INTERES. : MAURIZIO BALDELLI
ADVOGADO : ALFREDO LOPES PINHO - RJ019882

DECISÃO

A defesa dos interesses de RODRIGO HENRIQUE FIGUEIREDO NASCIMENTO (RODRIGO), por intermédio do advogado Ronaldo Figueiredo Nascimento (OAB/RJ 178.172), ajuizou a presente reclamação com pedido liminar.

Sustentou, em suma, o seguinte:

O que se reclama (sic) é o cumprimento ao decidido no AREsp 982337/RJ, diante de uma hasta pública ilegal, do único imóvel do fiador idoso, em que sua mulher idosa e meeira, não deu sua outorga uxória para a fiança do contrato em execução, súmula 323 do STJ.
(e-STJ, fl. 65).

Requeru, daí, o deferimento de medida liminar para suspender a realização de hasta pública designada para o próximo dia 4/4/2019.

Cumpre referir que os autos chegaram a esta Corte Superior sem o devido recolhimento das custas e sem a procuração outorgada pelo reclamante ao advogado que subscreveu a inicial.

DECIDO O PEDIDO URGENTE.

De acordo com o art. 187 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, para preservar a competência do Tribunal ou garantir a autoridade de suas decisões, caberá reclamação da parte interessada.

Com a entrada em vigor do NCPC, o art. 988 reproduziu nos incisos I e II o dispositivo regimental.

Acresceu, ainda, a garantia da observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência.

A reclamação sustentou, em síntese, conforme transcrito de petição

trazida aos autos pela própria defesa dos interesses de RODRIGO, que *o que se reclama (sic) é o cumprimento ao decidido no AREsp 982337/RJ.*

Ocorre, todavia, que nos autos do AREsp nº 982.337, de relatoria deste signatário, não há e não houve decisão proferida acerca da questão discutida no agravo em recurso especial.

Ora, é da mais mezinha sabença - ao menos para os profissionais da advocacia - que somente é cabível a reclamação nos moldes em que proposto este feito quando descumprida decisão proferida por esta Corte Superior.

Não havendo decisão no AREsp nº 982.337, não se pode postular o "cumprimento" do que lá ficou decidido, evidentemente!

Nessas condições, INDEFIRO A LIMINAR.

FICA MANTIDO O LEILÃO.

Comunique-se o inteiro teor desta decisão ao Juízo das 2ª e 7ª Varas Cíveis do Foro Regional da Barra da Tijuca/RJ.

Advirta-se, desde já, que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito a multa (arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do NCPC).

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO
RELATOR